

31 de Janeiro de 2005

CONTAS NACIONAIS PROVISÓRIAS

2003

PRODUTO INTERNO BRUTO REGISTOU UMA QUEBRA DE 1,1% EM VOLUME

Em 2003, o Produto Interno Bruto (PIB) português apresentou uma taxa de variação em volume de -1,1%, inferior em 1,5 pontos percentuais (p. p.) à variação registada no ano anterior. O nível de preços implícito no PIB cresceu 2,8%, mantendo-se o forte crescimento dos preços dos impostos líquidos de subsídios (6,2%). O PIB em valor nominal estimado para 2003 situou-se em 130 511 milhões de euros.

O crescimento no PIB resultou do contributo negativo da procura interna em -2,6%, resultante de uma taxa de variação de -2,4%, inferior em 2,2 p. p. à de 2002, não compensado pelo contributo positivo de 1,5% da procura externa líquida, superior em 0,8 p. p. ao registado em 2002.

A Formação Bruta de Capital, com uma taxa de variação de -9,8%, intensificou a quebra face a 2002 em 4,7 p. p., influenciando significativamente o comportamento da procura interna. A Despesa de Consumo Final, com uma variação real de -0,2%, registou igualmente uma desaceleração (1,6 p. p.) face ao crescimento de 2002.

O Rendimento Disponível das Famílias (ajustado das variações da participação líquida nos fundos de pensões) e das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) cresceu 2,7% em termos nominais, contra 4,1% em 2002. A Despesa de Consumo Final das Famílias e das ISFLSF cresceu 2,8%, originando uma ligeira quebra de 0,1 p. p. da taxa de poupança destes dois sectores institucionais, que se situou em 11,4%.

A posição de endividamento da economia face ao exterior atenuou-se em 2003. A necessidade de financiamento da economia situou-se em 3,5% do PIB, inferior em 2,3 p. p. à registada em 2002. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (óptica da Contabilidade Nacional) passou de 2,7% em 2002 para 2,8% em 2003.

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA DA DESPESA

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA DA DESPESA Componentes da Despesa	2001		2002				2003			
	Preços correntes	Preços de 2001	t. c. volume	t. c. preços	Preços correntes	Preços de 2002	t. c. volume	t. c. preços	Preços correntes	t. c. nominal
Despesas de Consumo Final	100.849	102.288	1,4	3,5	105.910	105.743	-0,2	2,7	108.607	2,5
Famílias residentes	73.242	74.074	1,1	3,5	76.681	76.424	-0,3	3,2	78.872	2,9
ISFLSF	2.010	2.016	0,3	0,7	2.031	2.038	0,3	1,3	2.064	1,6
Administrações Públicas	25.596	26.198	2,3	3,8	27.198	27.281	0,3	1,4	27.671	1,7
Formação Bruta de Capital	34.174	32.447	-5,1	1,7	33.001	29.767	-9,8	1,7	30.278	-8,3
FBCF Máquinas e Equipamentos	8.092	7.356	-9,1	-3,5	7.102	6.775	-4,6	-1,9	6.648	-6,4
FBCF Material de Transporte	3.206	2.725	-15,0	-1,2	2.691	2.394	-11,0	-0,7	2.378	-11,6
FBCF Construção	17.160	16.619	-3,2	3,6	17.225	15.191	-11,8	2,2	15.526	-9,9
FBCF Outra	4.801	4.862	1,3	5,9	5.150	4.615	-10,4	7,0	4.939	-4,1
PROCURA INTERNA	135.023	134.735	-0,2	3,1	138.911	135.510	-2,4	2,5	138.885	0,0
Exportações FOB	37.495	38.215	1,9	0,4	38.372	40.246	4,9	-2,4	39.266	2,3
PROCURA GLOBAL	172.518	172.950	0,3	2,5	177.283	175.756	-0,9	1,4	178.151	0,5
Importações FOB	49.968	49.890	-0,2	-2,1	48.825	48.768	-0,1	-2,3	47.640	-2,4
PIBpm	122.550	123.060	0,4	4,4	128.458	126.989	-1,1	2,8	130.511	1,6
<i>Por memória</i>										
Despesas de Consumo Final										
de Famílias residentes no Resto do Mundo	1.974	1.962	-0,6	2,0	2.002	2.008	0,3	0,0	2.008	0,3
de Famílias não residentes no Território Económico	5.915	5.632	-4,8	3,7	5.843	5.713	-2,2	3,5	5.915	1,2
Despesa de Consumo Final das Famílias no Território Económico	77.183	77.744	0,7	3,6	80.522	80.129	-0,5	3,3	82.779	2,8
Contribuição para a t. c. volume no PIB (p. p.)										
Procura Interna			-0,2				-2,6			
Procura externa líquida	-12.473	-11.675	0,7		-10.453	-8.522	1,5		-8.374	-8.522

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Contas Nacionais Provisórias

As Contas Nacionais Provisórias, agora divulgadas¹, apresentam os resultados para o ano de 2003 do cálculo do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) segundo as ópticas da Produção, da Despesa e do Rendimento. Além do PIBpm, são também divulgadas a Conta de Produção, a Conta de Exploração, o Quadro de Recursos e Empregos (QRE), desagregado na nomenclatura de 31 produtos (P31), e o Emprego e Remunerações segundo a nomenclatura de 31 ramos (A31).

O quadro metodológico de referência para a elaboração das Contas Provisórias baseia-se nos conceitos e princípios do SEC 95 – Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade Europeia.

RAMOS DE ACTIVIDADE

Óptica da Despesa

Em 2003, verificou-se uma quebra de 1,1 % em termos reais do PIBpm, o que corresponde a uma redução de 1,5 p. p. face à variação de 2002. Esta variação do PIB reflecte a diminuição de 0,7% do Valor Acrescentado Bruto a preços base (VAB).

A Procura Interna contribuiu negativamente para a evolução em volume do PIB, estando também na origem da sua desaceleração. Na verdade, registaram-se reduções nas variações tanto da Despesa de Consumo Final (-0,2%, contra 1,4% em 2002) como da Formação Bruta de Capital (-9,8%, contra -5,1% registados no ano anterior). A Despesa de Consumo Final nas ISFLSF² em 2003 registou um crescimento de 0,3%, idêntico ao verificado em 2002. O crescimento da Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas também foi de 0,3%, desacelerando 2,0 p. p. face ao observado em 2002. Do lado das Famílias residentes, verificou-se uma quebra de 0,3%, o que compara com o crescimento de 1,1% de 2002. Globalmente, a Despesa de Consumo Final diminuiu 0,3%, quando em 2002 crescera 1,4%. A Formação Bruta de Capital diminuiu 9,8%, o que representou uma intensificação da quebra na ordem de 4,7 p. p. face ao registado em 2002. Este agravamento deveu-se essencialmente à componente Construção, cuja taxa de variação passou de -3,2% em 2002 para -11,8% em 2003, e à de FBCF Outra, que registou uma quebra de 10,4%, quando em 2002 crescera 1,3%.

A Procura Externa Líquida contribuiu de forma positiva para o comportamento do PIBpm. Este resultado está associado a um aumento de 4,9% das exportações de Bens e Serviços, conjugado com uma ligeira redução das importações de 0,1%. Saliente-se ainda o efeito menos negativo na Procura Externa Líquida do comportamento da Despesa de Consumo Final dos não residentes no Território Económico, que registou uma taxa de variação de -2,2%, (mais 2,6 p. p. do que em 2002).

¹ Os quadros detalhados das Contas Provisórias 2002 podem ser consultados em http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=370

² Instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias.

Óptica da Produção

Em 2003, a taxa de variação do VAB em termos reais foi de -0,7%, o que representa uma desaceleração de 1,3 p. p. face a 2002. Os ramos que apresentaram as evoluções mais positivas foram os de Electricidade, Gás e Água (10,7%), de Actividades Financeiras (6,0%) e de Serviços não mercantis (2,0%). O ramo da Construção influenciou significativamente no sentido da baixa o comportamento da taxa de variação do VAB, com uma variação de -13,2%. A desaceleração do PIBpm foi ainda condicionada pela contribuição negativa dos Impostos líquidos de Subsídios, cujo valor diminuiu 4,0%. O quadro seguinte sintetiza as diferentes componentes do PIB na óptica da produção.

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA DA PRODUÇÃO

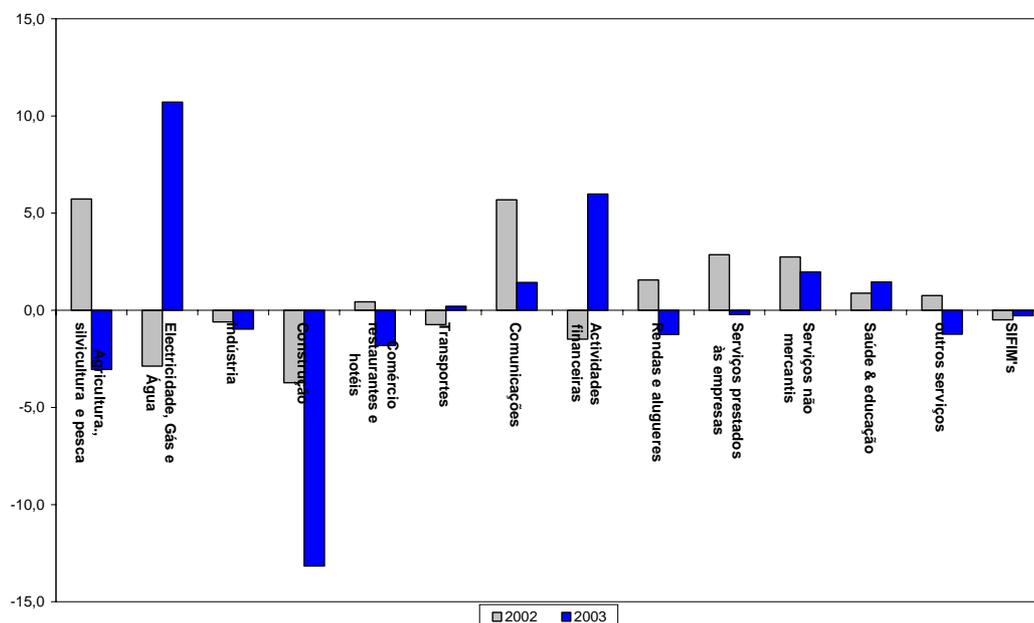
Ramos	2001	2002				2003					
	Preços correntes	Preços de 2001	t. c. volume	t. c. preços	t. c. valor	Preços correntes	Preços de 2002	t. c. volume	t. c. preços	t. c. valor	Preços correntes
Agricultura, Silvicultura e Pesca	4.083	4.316	5,7	-3,2	2,3	4.176	4.049	-3,0	6,7	3,5	4.322
Electricidade, Gás e Água	2.850	2.768	-2,9	8,8	5,7	3.013	3.335	10,7	-3,0	7,4	3.237
Indústria	19.591	19.473	-0,6	1,9	1,2	19.835	19.642	-1,0	-1,1	-2,1	19.424
Construção	8.683	8.359	-3,7	5,4	1,5	8.813	7.653	-13,2	2,5	-11,0	7.844
Comércio, Restaurantes e Hotéis	19.331	19.415	0,4	3,4	3,8	20.069	19.704	-1,8	2,7	0,8	20.231
Transportes	4.071	4.041	-0,7	3,7	2,9	4.191	4.200	0,2	7,0	7,2	4.493
Comunicações	3.268	3.454	5,7	-0,6	5,0	3.433	3.482	1,4	-1,5	0,0	3.431
Actividades financeiras	7.054	6.949	-1,5	0,3	-1,2	6.970	7.387	6,0	-0,8	5,2	7.329
Rendas e alugueres	7.049	7.159	1,6	5,6	7,2	7.557	7.463	-1,2	2,5	1,2	7.646
Serviços prestados às empresas	7.045	7.246	2,9	3,7	6,7	7.514	7.497	-0,2	2,1	1,9	7.657
Serviços não mercantis	10.250	10.532	2,7	2,5	5,3	10.798	11.011	2,0	1,9	3,9	11.215
Saúde e Educação	14.307	14.432	0,9	7,6	8,5	15.525	15.751	1,5	4,2	5,7	16.409
Outros serviços	4.121	4.152	0,8	1,4	2,2	4.210	4.158	-1,2	6,1	4,8	4.414
SIFIM ³	-5.563	-5.536	-0,5	-4,2	-4,7	-5.305	-5.290	-0,3	-3,0	-3,3	-5.129
VAB a preços base	106.139	106.762	0,6	3,8	4,4	110.800	110.043	-0,7	2,3	1,6	112.521
<i>Impostos líquidos de subsídios</i>	16.410	16.298	-0,7	8,3	7,6	17.658	16.946	-4,0	6,2	1,9	17.990
PIBpm	122.550	123.060	0,4	4,4	4,8	128.458	126.990	-1,1	2,8	1,6	130.511

Unidades: Milhões de euros e percentagens

O gráfico seguinte compara as taxas de variação do VAB, para os anos 2002 e 2003 para as diferentes actividades económicas.

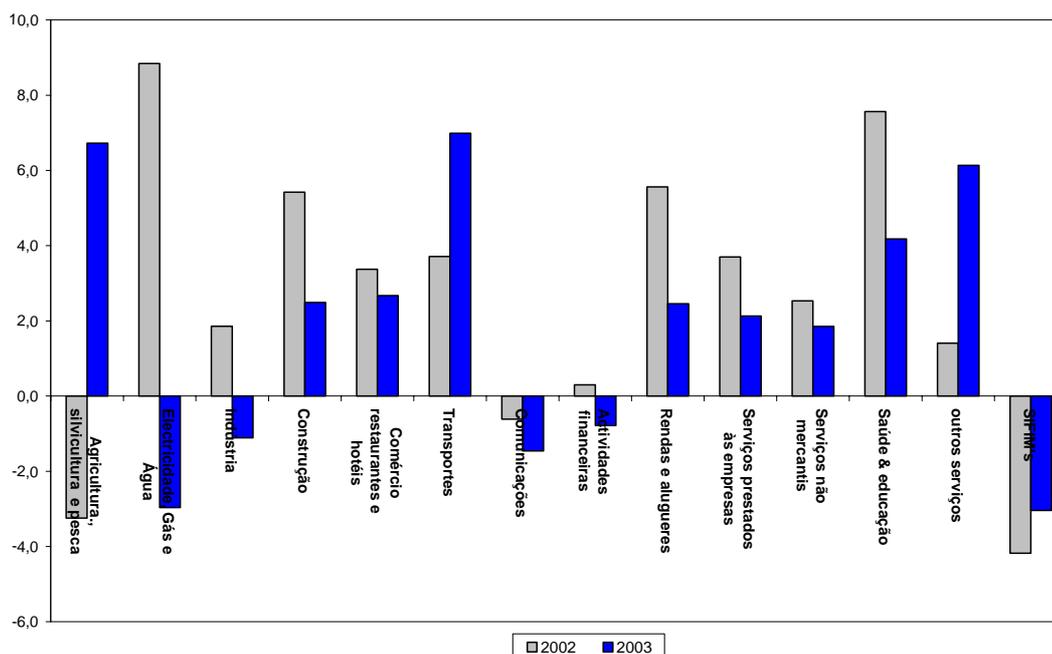
³ Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

TAXAS DE CRESCIMENTO EM VOLUME DO VAB



Os preços implícitos no VAB apresentaram uma taxa de variação de 2,3%, desacelerando 1,5 p. p. face a 2002. Salientam-se as desacelerações dos preços implícitos no VAB dos ramos da Electricidade, Gás e Água, Indústria e Comunicações. O VAB do ramo Agricultura, Silvicultura e Pesca, apresentou um crescimento de preços mais intenso, na ordem de 6,7%, correspondendo à maior aceleração verificada, continuando o ramo Educação e Saúde a fornecer o maior contributo para o crescimento dos preços do VAB, com uma variação de 4,2%, embora menos intensa em 3,4 p. p. relativamente ao registado em 2002.

TAXAS DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS IMPLÍCITOS NO VAB



Óptica do Rendimento

Em 2003 constatou-se uma desaceleração de 4,1 p.p. na evolução do Excedente Bruto de Exploração, tendo este agregado registado uma variação de -0,9%. Esta evolução foi acompanhada não apenas pela desaceleração do VAB, já mencionada, mas também pela aceleração dos Impostos, de 2,3 p.p., pelo acentuado abrandamento dos subsídios, em 16,1 p.p., e pela desaceleração das Remunerações, de 2,6 p.p..

De salientar que a titularização da dívida fiscal, bem como o perdão fiscal, respeitante ao IVA e aos outros Impostos sobre a Produção foram registados como Outros Impostos sobre a Produção (D29), afectando deste modo o saldo Excedente/Rendimento misto. O perdão fiscal referente às dívidas à Segurança Social foi registado como fazendo parte integrante das Contribuições Sociais Efectivas dos Empregadores (D121).

PRODUTO INTERNO BRUTO – ÓPTICA RENDIMENTO

Componentes	2001	t. c. nominal	2002	t. c. nominal	2003
PIBpm	122550	4,8	128458	1,6	130511
<i>Impostos líquidos de Subsídios</i>	16410	7,6	17658	1,9	17990
VAB a preços base	106139	4,4	110801	1,6	112521
Remunerações (D1)	61170	5,1	64260	2,5	65835
Impostos (D29)	833	49,7	1247	52,0	1895
Subsídios (D39)	1395	20,1	1675	4,0	1742
Excedente/Rendimento Misto Bruto	45531	3,2	46969	-0,9	46533
<i>Consumo Capital Fixo</i>	21491	4,8	22532	3,4	23292
Excedente/Rendimento Misto Líquido	24040	1,7	24437	-4,9	23241

Unidades: Milhões de euros e percentagens

No quadro seguinte é ilustrado o efeito mecânico destas duas medidas em 2003, e do perdão fiscal em 2002, sobre as evoluções dos agregados da geração primária do rendimento. Este efeito traduziu-se em aumentos significativos dos Impostos, tanto em 2002 com em 2003, em ligeiros aumentos das Remunerações, também em ambos os anos, e em apreciáveis reduções, especialmente em 2003, do Excedente/Rendimento Misto.

TAXAS DE CRESCIMENTO NOMINAL

	2002/01	2003/02	2002/01	2003/02	2002/01	2003/02
	Com perdão fiscal e titularização da dívida	Sem perdão fiscal e titularização da dívida	Impacto em pontos percentuais			
Remunerações (D1)	5,1	2,5	4,8	2,1	+0,3	+0,4
Impostos (D29)	49,7	52,0	16,2	0,1	+33,5	+59,1
Subsídios (D39)	20,1	4,0	20,1	4,0	-	-
Excedente/Rendimento misto bruto	3,2	-0,9	4,1	0,9	-0,9	-1,8
<i>Consumo Capital Fixo</i>	4,8	3,4	4,8	3,4	-	-
Excedente/rendimento misto líquido	1,7	-4,9	3,4	-1,4	-1,7	-6,3

SECTORES INSTITUCIONAIS

Os quadros seguintes apresentam os aspectos mais relevantes da conta provisória de 2003 por sector institucional, designadamente, a distribuição do rendimento primário e do rendimento disponível, o consumo e a poupança, as despesas de acumulação e o saldo das contas não financeiras. Esta informação fornece uma indicação sobre a distribuição dos principais agregados da Economia Portuguesa pelos cinco sectores institucionais residentes: Sociedades não financeiras (S11), (Sociedades Financeiras (S12), Administrações Públicas (S13), Famílias (S14) e Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias – ISFLSF (S15)⁴, assim como alguns dos saldos que representam a contrapartida de operações com o exterior Resto do Mundo (S2).

Rendimento Primário

A importância relativa de cada sector institucional no PIB não registou em 2003 alterações significativas face ao verificado em 2002. Esta situação é mais um reflexo da quase estagnação que se verificou, em termos nominais, no VAB (110 800 milhões de euros em 2002, para 112 521 em 2003).

O sector que registou a variação nominal positiva mais acentuada no saldo dos rendimentos primários foi o das Sociedades Financeiras (variação de 12,6%). Seguiu-se o das Administrações Públicas, que continuou a apresentar uma variação bastante significativa do saldo dos rendimentos primários (7,1%), à semelhança do verificado em 2002. Em 2003, o contributo mais significativo para esta evolução deveu-se ao registo, em receita de outros impostos à produção, no montante de 926 milhões de euros, da operação de cessão de créditos do Estado. Esta operação teve os seus efeitos simétricos mais acentuados no sector das Sociedades não Financeiras.

DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DO RENDIMENTO

Sector	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Operações, Outros fluxos e saldos	2003	59 819	7 089	22 130	28 613	130 511		130 511
		VAB em % do PIB	45,8%	5,4%	17,0%	21,9%		
Valor acrescentado bruto (VAB) por sector institucional e PIB	2002	58 823	6 746	22 325	28 211	128 458	-	128 458
		VAB em % do PIB	45,8%	5,3%	17,4%	22,0%	-	-
Saldo dos rendimentos primários (bruto) Rendimento Nacional bruto	2003	14 780	3 354	18 308	92 312	128 755		128 755
	2002	15 675	2 980	17 088	90 749	126 492	-	126 492
	Var. nominal 03/02	-5,7	12,6	7,1	1,7	1,8	-	-

Unidades: Milhões de euros e percentagens

⁴ Por se tratar de estimativas provisórias, os dados relativos aos sectores das Famílias e das ISFLSF são apresentados agregados.

Rendimento Disponível, Consumo e Poupança

Ao nível da distribuição secundária, o conjunto das transferências correntes recebidas e pagas pelas Famílias e ISFLSF traduziu-se numa taxa de variação nominal do rendimento disponível, para o conjunto destes sectores, de 3,0%. O rendimento disponível ajustado da variação da participação líquida das famílias em fundos de pensões cresceu 2,7%. A taxa de variação nominal da despesa de consumo final situou-se 0,1 p. p. abaixo da variação do Rendimento Disponível. A evolução destes dois últimos agregados conduziu a uma ligeira queda da taxa de poupança para o conjunto destes dois sectores (Famílias e ISFLSF), que passou de 11,5% em 2002 para 11,4% em 2003. O rendimento disponível das sociedades financeiras, excluindo o ajustamento pela variação da participação líquida das famílias em fundos de pensões, registou um crescimento de 5,0%. Para o conjunto da economia, o rendimento disponível bruto cresceu 1,5%.

DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DO RENDIMENTO, CONSUMO E POUPANÇA

Sector	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Operações, outros fluxos e saldos	2003	10 675	2 794	26 155	91 335	130 959		130 959
	2002	10 943	2 346	26 740	88 969	128 998		128 998
	Var. nominal 03/02	-2,4%	19,1%	-2,2%	2,7%	1,5%	-	-
Despesa de consumo final	2003	-	-	27 671	80 936	108 607		108 607
	2002	-	-	27 198	78 712	105 910		105 910
	Var. nominal 03/02	-	-	1,7%	2,8%	2,5%	-	-
Poupança bruta, em % do PIB	2003	8,2%	2,1%	-1,2%	8,0%	17,1%	-	-
	2002	8,5%	1,8%	-0,4%	8,0%	18,0%	-	-
Taxa de Poupança = Poupança / Rendimento disponível	2003	100,0%	100,0%	-5,8%	11,4%	17,1%	-	-
	2002	100,0%	100,0%	-1,7%	11,5%	17,9%	-	-
Saldo Externo corrente	2003	-	-	-	-	-	7 926	7 926
	2002	-	-	-	-	-	9 914	9 914

Unidades: Milhões de euros e percentagens

Financiamento da Economia

O endividamento face ao exterior diminuiu quer em termos absolutos quer medido em percentagem do PIB, passando de -5,8% em 2002 para -3,5% em 2003. Para esta situação contribuíram todos os sectores, com excepção do das Administrações Públicas. Este sector registou uma necessidade de financiamento de 2,8% do PIB⁵, o que corresponde a um agravamento neste indicador de 0,1 p. p. face ao ano precedente.

DESPESAS DE ACUMULAÇÃO E SALDO DAS CONTAS NÃO FINANCEIRAS

Sector	Ano	S11	S12	S13	S14+S15	S1	S2	Total
		Sociedades não-financeiras	Sociedades financeiras	Administrações públicas	Famílias + ISFLSF	Total da economia	Resto do mundo	
Formação bruta de capital	2003	16 844	934	4 286	8 215	30 279		30 278
	2002	17 622	1 150	4 609	9 620	33 001		33 001
Consumo de capital fixo	2003	13 436	690	2 838	6 329	23 292		23 292
	2002	12 965	733	2 747	6 087	22 532		22 532
Capacidade Necessidade líquida de financiamento	2003	- 6 442	1 068	- 3 681	4 431	- 4 625	4 625	0
% do PIB		-4,9%	0,8%	-2,8%	3,4%	-3,5%		
Capacidade Necessidade líquida de financiamento	2002	- 7 240	- 771	- 3 516	4 085	- 7 442	7 442	0
% do PIB		-5,6%	-0,6%	-2,7%	3,2%	-5,8%		

Unidades: Milhões de euros e percentagens

⁵ A metodologia de cálculo deste indicador, na óptica da Contabilidade Nacional, não é exactamente idêntica à utilizada no Procedimento dos Défices Excessivos, pelo que os valores apurados não têm que ser coincidentes.